



Caderno de Provas

CREA 04 – NS

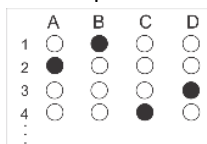
ANALISTA

**Editais Nº. 001/2024 –
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO RIO GRANDE DO NORTE – CREA/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue as **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém 40 questões de múltipla escolha, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica, 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos e 2 (duas) questões discursivas de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Disciplina	Número de questões	Pontos por questão
Língua Portuguesa	10 questões (objetivas)	2 pontos por questão
Lógica	10 questões (objetivas)	2 pontos por questão
Conhecimentos específicos	20 questões (objetivas)	3 pontos por questão
Conhecimentos específicos	02 questões (discursivas)	50 pontos por questão
TOTAL DA PROVA	42 questões	

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

O chão está ficando mais quente – e pode danificar as construções acima

Caio César Pereira

Há mais ou menos dois meses, uma notícia deixou as pessoas em alerta: caso você queira ter a chance de ver o Homem-aranha se pendurando pelos prédios de Nova York, é melhor se apressar: a cidade está afundando. Agora, uma pesquisa publicada na Nature revelou algo ainda pior: a grande maçã pode não ser a única. O aquecimento global pode estar esquentando demais o solo, o que pode colocar em risco, literalmente, tudo que está acima dele.

Utilizando um modelo em 3D, um engenheiro da Universidade Northwestern, Alessandro Rotta Loria, simulou a variação de temperatura no subsolo na cidade de Chicago. A análise foi feita no distrito de Chicago Loop, famoso centro financeiro da cidade, simulando um período que vai desde a construção dos túneis de metrô na cidade, em 1951, até o não tão longínquo ano de 2051.

Os resultados mostraram uma variação de 1 a 5 °C por toda a extensão do distrito, com um aumento de temperatura de mais ou menos 0,14 °C por ano. Pode parecer pouco, mas o aumento a longo prazo pode ser um risco para as construções acima. As construções mais modernas, geralmente, já são feitas para suportar essas variações, mas outras mais antigas podem não ter a mesma sorte. “É muito provável que a mudança climática subterrânea já tenha causado rachaduras e afundamentos excessivos de fundações que não associamos a esse fenômeno porque não estávamos cientes dele”, diz Rota Loria.

Esse aumento de temperatura no subsolo não é algo novo e até tem nome: ilhas de calor subterrâneas. Ilha de calor é aquele fenômeno climático que acontece nos centros urbanos, onde a temperatura costuma ser maior do que nas zonas rurais. As ilhas de calor subterrâneas funcionam da mesma forma, mas debaixo da terra. O solo (e até mesmo as águas subterrâneas) de grandes centros urbanos como Nova York, Londres, Berlim ou Istambul são mais quentes do que as regiões mais afastadas.

Às vezes essa variação pode acontecer dentro do próprio perímetro urbano. A pesquisa mostrou que a região norte de Chicago Loop, onde há mais prédios, teve um solo mais quente quando comparado com o da parte sul. Como o calor também é liberado pelo metrô e outras tubulações, o material de construção é feito de forma a absorver esse excedente. O problema é que certos materiais, como argila com grãos finos (presentes no subsolo de Chicago, por exemplo), são mais sensíveis na presença de água e calor.

Apesar de isso tudo parecer um tanto quanto apocalíptico, Rotta Loria tranquiliza um pouco: “Embora esse fenômeno não seja necessariamente perigoso para a segurança das pessoas, ele afetará as operações normais do dia a dia dos sistemas de fundação e infraestrutura civil em geral.” Isso significa que, além de ficar de olho nas construções antigas, é preciso também se atentar no tipo de material utilizado nas novas construções. Isso porque, apesar de não representar um perigo direto para as pessoas, o aumento da temperatura pode afetar a estética, o funcionamento e a durabilidade das estruturas.

Mas nem tudo é tragédia. Algumas cidades já passaram a adotar formas de reaproveitar esse calor. Paris, por exemplo, passou a fazer a chamada reciclagem de calor. Aqui, você pega o calor produzido por metrôs, trens e afins, e o converte em energia que pode ser utilizada para aquecer prédios e apartamentos. Claro que está longe do ideal, mas, visto que as mudanças climáticas estão esquentando a nossa chapa cada vez mais, desenvolver métodos para reutilizar esse calor pode nos ajudar a suportar um pouco mais as inerentes consequências.

Disponível em: <<https://super.abril.com.br/>>. Acesso em 02 jan. 2024. [Adaptado]

01. O texto, em sua totalidade,

- A) argumenta ratificando um posicionamento sobre um fenômeno.
- B) argumenta refutando um posicionamento sobre um fenômeno.
- C) explica um fenômeno, ancorado, principalmente, em dados científicos.
- D) explica um fenômeno, ancorado, principalmente, em exemplificações.

02. De acordo com o texto,

- A) o aumento da temperatura do subsolo pode ser convertido em algo benéfico.
- B) o aumento da temperatura do subsolo está restrito às grandes áreas urbanas.
- C) todas as áreas do planeta estão sendo atingidas pelo fenômeno das ilhas de calor.
- D) todas os prédios modernos são projetados para suportar as variações de temperatura.

03. No quarto período do último parágrafo, o substantivo “calor” é retomado

- A) pelo uso de um pronome relativo.
- B) pela omissão do elemento linguístico.
- C) por um pronome oblíquo com função de objeto direto.
- D) por um pronome oblíquo com função de objeto indireto.

04. Considere o trecho reproduzido a seguir.

Apesar de isso tudo parecer um tanto quanto apocalíptico [...]

A reescritura do trecho, considerando-se o português escrito padrão e a manutenção do sentido, está corretamente apresentada em:

- A) Embora isso tudo pareça um tanto quanto apocalíptico [...].
- B) Embora isso tudo parece um tanto quanto apocalíptico [...].
- C) Contanto que isso tudo pareça um tanto quanto apocalíptico [...].
- D) Contanto que isso tudo parece um tanto quanto apocalíptico [...].

05. O conector que inicia o último parágrafo estabelece relação de

- A) adição com os parágrafos anteriores.
- B) contraposição com os parágrafos anteriores.
- C) adição tão somente com o parágrafo anterior.
- D) contraposição tão somente com o parágrafo anterior.

06. Para uma compreensão coerente do título, o leitor, prioritariamente, deve

- A) acionar as regras do gênero.
- B) acionar o conhecimento de mundo.
- C) resgatar informação implícita pressuposta.
- D) resgatar informação implícita subentendida.

07. Considere o trecho a seguir.

Como o calor também é liberado pelo metrô e outras tubulações, o material de construção é feito de forma a absorver esse excedente.

O valor do conector que introduz a primeira oração é de

- A) comparação e, nesse caso, a colocação da primeira oração no final do período comprometeria a coerência da informação.
- B) causa e, nesse caso, a colocação da primeira oração no final do período não comprometeria a coerência da informação.
- C) causa e, nesse caso, a colocação da primeira oração no final do período comprometeria a coerência da informação.
- D) comparação e, nesse caso, a colocação da primeira oração no final do período não comprometeria a coerência da informação.

As questões 08 e 09 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Claro que está longe do ideal, mas, visto que as mudanças climáticas estão esquentando a nossa chapa cada vez mais, desenvolver métodos para reutilizar esse calor pode nos ajudar a suportar um pouco mais as inerentes consequências.

08. Sobre a pontuação desse período, é correto afirmar:

- A) o emprego da segunda vírgula é opcional porque ocorre após uma conjunção de valor adversativo.
- B) o emprego da primeira vírgula é opcional porque ocorre antes de uma conjunção de valor adversativo.
- C) o emprego da primeira vírgula justifica-se porque assinala o final de uma oração subordinada adjetiva.
- D) o emprego da segunda vírgula justifica-se porque assinala o início da delimitação de um bloco de informações.

09. A expressão “inerentes consequências” está empregada no sentido de afirmar que as consequências da mudança climática vivenciadas hoje

- A) são constitutivas desse tipo de mudança.
- B) não se relacionam com esse tipo de mudança.
- C) são as mais nefastas para boa parte da humanidade.
- D) não são preocupantes para boa parte da humanidade.

10. Considere o período reproduzido abaixo.

A pesquisa mostrou que a região norte de Chicago Loop, onde há mais prédios, teve um solo mais quente quando comparado com o da parte sul.

É correto afirmar que, nesse período, há

- A) dois pronomes relativos: o primeiro com função de objeto direto e o segundo com função adverbial.
- B) dois pronomes relativos: o primeiro com função de objeto direto e o segundo com função adjetiva.
- C) um pronome relativo que, em conformidade com as orientações normativas do português escrito padrão, deve ser empregado com função adverbial, referindo-se a lugar.
- D) um pronome relativo que, em conformidade com as orientações normativas do português escrito padrão, deve ser empregado com função adjetiva, referindo-se a lugar.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Existem três caixas idênticas onde foram colocados cartões pretos ou brancos. Na caixa **A**, foram colocados 4 cartões pretos e 2 brancos; na caixa **B**, 2 cartões pretos e 3 brancos; e na caixa **C**, 3 cartões pretos e 4 brancos. Uma das caixas foi escolhida, aleatoriamente, e retirado um cartão ao acaso. A probabilidade de o cartão retirado ser preto é, aproximadamente,

- A) 50%.
- B) 28%.
- C) 32%.
- D) 62%.

12. No banco de uma praça, três amigas estão sentadas, exatamente, uma ao lado da outra. A primeira é loira; a segunda, morena; e a terceira, ruiva. Cada uma delas mora em cidades diferentes: Natal, João Pessoa e Parnamirim. Em relação a essas amigas, sabe-se que

- a morena mora em uma capital;
- a loira está à esquerda da que mora em Parnamirim;
- a que mora em Natal está a direita da ruiva.

Diante dessas informações, deve se concluir que

- A) a loira mora em João Pessoa.
- B) a morena está à esquerda da ruiva.
- C) a ruiva está imediatamente à esquerda da que mora em João Pessoa.
- D) a que mora em Parnamirim está imediatamente à direita da que mora em Natal.

13. Considere as duas proposições a seguir.

- p**: O CREA é uma construtora.
- q**: O CREA é um conselho.

Se as proposições **p** e **q** são verdadeiras, tem valor lógico falso a seguinte proposição:

- A) O CREA não é uma construtora e é um conselho.
- B) O CREA não é uma construtora ou é um conselho.
- C) O CREA é uma construtora ou não é um conselho.
- D) Se o CREA é uma construtora, então é um conselho.

14. Em uma pesquisa realizada com 107 profissionais na área da Construção Civil, foi identificado que alguns deles eram formados em Técnico em Edificações (TEF), em Tecnólogo em Construção de Edifícios (TCE) e em Engenharia Civil (EC). Entre os pesquisados, 44 são formados em TEF; 21, em TEF e TCE; 26, em TCE e EC; 19, em TEF e EC; e 11 têm formação nos três cursos. Se a quantidade de formados em Engenharia Civil é igual a quantidade de formados em Tecnólogo em Construção de Edifícios, conclui-se que a soma entre a quantidade de profissionais formados, exclusivamente, em EC e aqueles formados, exclusivamente, em TEF é igual a

- A) 39.
- B) 38.
- C) 69.
- D) 40.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CREA/RN
EDITAL Nº 001/2024

15. Se ARARA está para ANDORINHA, COBRA está para LAGARTO e PIRANHA está para ATUM, então, BALEIA está para
- A) SAPO.
 - B) RATO.
 - C) TILÁPIA.
 - D) JACARÉ.
16. Dada a proposição “Jair não é engenheiro ou José é agrônomo”, logicamente, a proposição equivalente é:
- A) Se José é agrônomo, então Jair é engenheiro.
 - B) Se Jair é engenheiro, então José é agrônomo.
 - C) Se Jair é engenheiro, então José não é agrônomo.
 - D) Se Jair não é engenheiro, então José não é agrônomo.
17. Se José não é brasileiro ou João não é argentino, então Jair é paraguaio. Se Maria é portuguesa, então José não é brasileiro. Se João não é argentino, então Luiza não é francesa e Caio é alemão. Sabe-se também que Jair não é paraguaio. Sendo assim, é correto afirmar que
- A) Maria não é portuguesa.
 - B) Luiza não é francesa.
 - C) Luiza é francesa.
 - D) Caio é alemão.
18. Em uma reunião do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), estão presentes 8 engenheiros, 6 agrônomos e 4 arquitetos. Nessa reunião, ficou decidido que, entre os participantes, iria ser formada uma comissão com cinco pessoas, na qual o presidente seria um engenheiro, e o vice-presidente, um arquiteto. O número de maneiras distintas que essa comissão pode ser formada é igual a
- A) 4.032.
 - B) 72.452.
 - C) 17.920.
 - D) 156.672.
19. Dada a sequência lógica JOSÉ-4, JOÃO-3, FÁTIMA-2, ANTÔNIO-4, MÁRCIA-X, LUÍS-Y, a soma $X + Y$ é igual a
- A) 6.
 - B) 4.
 - C) 5.
 - D) 3.
20. Dada a proposição “Engenheiro não descansa e agrônomo trabalha muito”, sua negação lógica é:
- A) Engenheiro descansa ou agrônomo trabalha muito.
 - B) Engenheiro descansa e agrônomo não trabalha muito.
 - C) Engenheiro descansa ou agrônomo não trabalha muito.
 - D) Engenheiro não descansa e agrônomo não trabalha muito.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para fins de planejamento estratégico, uma autarquia integrante da Administração Pública resolveu utilizar a matriz SWOT como ferramenta de gestão. A fim de realizar essa análise, deve se considerar
- A) a utilização de métricas para medição das metas a serem alcançadas.
 - B) o mapeamento de competências técnicas e comportamentais imprescindíveis para o desempenho das suas atividades.
 - C) o processo de *benchmarking* para a realização de uma análise comparativa com outras organizações em busca de melhores práticas.
 - D) o levantamento de fatores internos da autarquia, como forças e fraquezas, e de fatores externos, como as oportunidades e as ameaças identificadas no ambiente.
22. Projetos podem ser definidos como um esforço temporário envidado para a criação de um produto, serviço ou resultado específico. Assim, a gestão destes envolve a aplicação de técnicas, ferramentas, conhecimentos e habilidades necessárias para que possam ser executadas de forma correta, atingindo seus objetivos. Diante desse contexto, é correto afirmar:
- A) O nível de incertezas e riscos aumenta à medida que o projeto avança, pois não é possível prever se o produto final será alcançado.
 - B) Os ciclos de vida preditivos do projeto são também conhecidos como ciclos de vida adaptativos, segundo o guia PMBOK (*Project Management Body Of Knowledge*).
 - C) A análise qualitativa dos riscos de determinado projeto envolve a análise numérica dos efeitos decorrentes dos riscos identificados nos objetivos gerais do próprio projeto.
 - D) Os projetos costumam se iniciar nas organizações como consequência de determinadas situações, como novas demandas de mercado, avanços tecnológicos, oportunidades ou necessidades emergentes.
23. A direção é uma das quatro funções administrativas, de acordo com a teoria clássica da administração proposta por Henri Fayol. Está relacionada à liderança, coordenação, comunicação e motivação de pessoas, para a consecução dos objetivos organizacionais. Posto isso, sobre liderança e motivação, certifica-se que
- A) o foco principal da teoria situacional de Hersey e Blanchard é o líder e não os liderados.
 - B) a motivação é suficiente para o bom desempenho, ou seja, se o indivíduo está motivado, conseqüentemente, alcançará um bom desempenho.
 - C) a teoria dos dois fatores ou bifatorial, postulada por McGregor, reconhece que o indivíduo é, naturalmente, preguiçoso e tem aversão ao trabalho; por isso, precisa ser controlado e dirigido.
 - D) a liderança está relacionada à capacidade do líder de influenciar pessoas, por meio da comunicação e motivação, constituindo-se em um processo informal; enquanto a autoridade formal é baseada em regras e normas, sendo um processo formal, no qual a referida autoridade se utiliza da força do cargo para impor obediência.
24. A gestão por competências objetiva identificar e gerir perfis profissionais, a fim de aumentar os resultados alcançados pelas organizações. Sobre essa temática, é correto afirmar que
- A) a gestão por competências engloba apenas a perspectiva formal de aprendizagem, que ocorre por meio de treinamentos em áreas específicas.
 - B) mapeamento de competências significa identificar as lacunas de aprendizagem e os recursos para efetivação da estratégia organizacional.
 - C) competência, de acordo com a corrente americana, diz respeito ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes de um indivíduo, ou seja, é um fator intrínseco.
 - D) alguns fatores são bastante favoráveis à implantação da gestão por competências na gestão pública, como a contratação de pessoal por concurso público, as aquisições mediante licitações e a cultura organizacional voltada para os cargos.

25. O *Google Workspace* oferece versões de vários produtos *Google*, os quais podem ser personalizados de modo independente com o nome de domínio do usuário. Sobre esse serviço do *Google*, é correto afirmar que
- A) o *Google Docs* funciona, apenas de forma síncrona, para acessar dados em nuvem.
 - B) os usuários precisam estar com o *Google Drive* em uso para compartilhar uma pasta com outros usuários, a partir de uma estação de trabalho, além de ser necessário notificá-los no momento do compartilhamento.
 - C) o *Google Meet*, que é muito utilizado para videoconferências, garantindo segurança e proteção, faz parte do *Google Workspace*. Na sua versão gratuita, as reuniões podem durar até 1 hora e permitir o acesso de até 200 pessoas.
 - D) o *Drive* é a ferramenta colaborativa do *Google Workspace* que oferece acesso criptografado e seguro aos arquivos do usuário. Ele é integrado a documentos, planilhas e apresentações e permite o armazenamento de arquivos na nuvem.
26. As mudanças ocorridas nas condições históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais da Sociedade Brasileira contribuíram para pautar a "ética" como um dos temas centrais da vida brasileira nas últimas décadas. Assim, o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia apregoa que
- A) é conduta vedada ao profissional descumprir voluntária e justificadamente com os deveres do ofício no exercício da profissão.
 - B) é dever do profissional, no exercício de seu trabalho, resguardar o sigilo profissional, quando do interesse de seu cliente ou empregador, sem ressalvas.
 - C) destacam-se, entre os direitos individuais universais inerentes e facultados aos profissionais para o pleno exercício de sua profissão, a liberdade de escolha de especialização, o uso do título profissional, a proteção patrimonial e a liberdade de associação.
 - D) são reconhecidos os direitos coletivos universais inerentes às profissões, suas modalidades e especializações, destacadamente à livre associação e organização em corporações profissionais; ao gozo da exclusividade do exercício profissional; ao reconhecimento legal e à representação institucional.
27. Conforme o Regimento Interno do CREA-RN e suas disposições, é competência do presidente do CREA-RN
- A) propor alteração do Regimento do CREA-RN.
 - B) aprovar, anualmente, a proposta de renovação do terço a ser encaminhada ao CONFEA para aprovação.
 - C) indicar, para homologação do Plenário, nome de profissional de nível superior, da estrutura auxiliar, para ocupar o cargo de secretário da Mesa Diretora.
 - D) cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo CONFEA, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo CREA-RN.
28. Os atos administrativos são toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, os quais possuem como finalidade o interesse público e se sujeitam ao regime jurídico de direito público. Sobre os atos administrativos, é correto afirmar:
- A) A convalidação do ato administrativo prescinde da necessidade de motivação, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos a ele inerentes.
 - B) A Administração, através do controle de mérito dos atos, pode desfazer o referido ato por meio da revogação, se um ato for considerado válido, mas se mostrar inconveniente ou oportuno.
 - C) Todos os atos administrativos são autoexecutórios, pois a autoexecutoriedade é o atributo que permite à administração pública impor aos particulares, diretamente, o conteúdo do ato administrativo, sem necessidade de prévia autorização judicial.
 - D) O elemento competência do ato administrativo é um poder-dever da administração; é imodificável pela vontade do agente público, porém renunciável, uma vez que o órgão ou o agente público detêm autonomia para abrir mão da competência recebida.

29. A Lei N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata sobre Licitações e Contratos Administrativos, estabelece que
- A) a fase de habilitação, no processo de licitação, poderá, mediante ato motivado, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, e de julgamento, dispensando, inclusive, a previsão expressa no edital de licitação.
 - B) o serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela conduta da licitação poderá ser contratado, por prazo indeterminado, na licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração.
 - C) as alterações unilaterais de contratos poderão transfigurar o objeto da contratação, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos ou quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por essa Lei.
 - D) o processo licitatório tem por objetivos: assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos, bem como incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
30. Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei N.º 8.429/1992, com redação dada pela Lei N.º 14.230/2021, os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. Desse modo, de acordo com as disposições constantes nas referidas Leis,
- A) aplica-se, na ação de improbidade administrativa, o ajuizamento de mais de uma ação de improbidade administrativa pelo mesmo fato, competindo ao conselho nacional do ministério público dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos.
 - B) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
 - C) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do estado ou de outras hipóteses instituídas em lei, não constitui um ato de improbidade administrativa, visto que não causa prejuízos diretos ao erário.
 - D) a indisponibilidade de bens, em nenhuma hipótese, poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, na ação por improbidade administrativa, mesmo que o contraditório prévio possa comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou haja outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar.
31. De acordo com a Lei Complementar N.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível afirmar que
- A) deve constar, no relatório de gestão fiscal, entre outros, a despesa com pessoal, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, e o recebimento de garantias.
 - B) considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos.
 - C) os Tribunais de Contas, no que tange à prestação de contas, emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de noventa dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
 - D) os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, em se tratando da execução orçamentária e do cumprimento das metas, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

- 32.** As leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Nesse contexto, constata-se que
- A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como principal objetivo a operacionalização do planejamento estratégico do governo.
 - B) a abertura de crédito suplementar ou especial é permitida sem prévia autorização legislativa, desde que haja a indicação dos recursos correspondentes.
 - C) a vigência do Plano Plurianual é de 4 anos, iniciando-se no primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no último exercício financeiro do mandato vigente.
 - D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- 33.** Acerca da organização dos poderes, a Constituição Federal de 1988 estabelece que
- A) o poder legislativo possui duas funções típicas – a função de legislar e a função de fiscalizar – existindo claramente uma hierarquia entre elas.
 - B) o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
 - C) o estabelecimento de limites globais e de condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é de competência privativa do presidente da república.
 - D) o poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, o qual se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo a Câmara dos Deputados composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário simples.
- 34.** A ordem econômica e financeira disposta na Constituição Federal de 1988, estabelece que:
- A) é assegurado a todos, sem exceções, o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.
 - B) o plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - C) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, prescindindo, nessa hipótese, de prévia indenização em títulos da dívida agrária.
 - D) a ordem econômica visa assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social. Entre seus princípios, destacam-se a soberania nacional, a livre concorrência, a redução das desigualdades regionais e sociais, entre outros.
- 35.** De acordo com o entendimento de Sérgio Pinto Martins (2015), o Direito do Trabalho é um conjunto formado de princípios e regras que visam assegurar melhores condições de trabalho, inclusive sociais, ao trabalhador, por meio das medidas de proteção a eles destinadas. Um dos princípios que rege o Direito do Trabalho é o
- A) princípio da irredutibilidade de salário, que é um princípio absoluto, ou seja, não admite exceções, inclusive se a redução salarial estiver disposta em acordo ou convenção coletiva.
 - B) princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas que estabelece como regra a impossibilidade de renúncia de direitos trabalhistas e a impossibilidade de transação destes em detrimento do trabalhador.
 - C) princípio in dubio pro operário que consiste no entendimento de que, se há uma regra com diversas interpretações possíveis, deve-se adotar a mais vantajosa para o trabalhador, inclusive se a própria regra já estabelecer uma orientação expressa contrária a este.
 - D) princípio da primazia da realidade que pode ser aplicado, por exemplo, na hipótese de admissão de um trabalhador em emprego público sem concurso, se os elementos que caracterizam a relação de emprego – pessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade – estiverem presentes entre esse trabalhador e a Administração.

36. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sobre as disposições constantes acerca do contrato individual de trabalho é correto afirmar:
- A) A desídia no desempenho das respectivas funções não constitui hipótese de justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
 - B) A alteração unilateral é a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - C) A suspensão do contrato de trabalho diferencia-se da interrupção, porque nesta o empregador tem a obrigação de pagar o salário do período correspondente, enquanto naquela não.
 - D) A parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução, não havendo prazo estipulado, com a antecedência mínima de sete dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.
37. Considera-se teletrabalho, conforme as disposições legais constantes na Lei N.º 13.467, de 13 de julho de 2017, a prestação de serviços, preponderantemente, fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. De acordo com essas disposições,
- A) a alteração entre regime presencial e de teletrabalho poderá ser realizada, mesmo sem haver mútuo acordo entre as partes.
 - B) a alteração do regime de trabalho para o presencial poderá ser realizada por determinação do empregador, sem necessidade de prazo de transição mínimo.
 - C) a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades a ser realizadas pelo empregado.
 - D) a responsabilidade pela aquisição, pela manutenção ou pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como pelo reembolso de despesas arcadas pelo empregado, será prevista em contrato escrito e as mencionadas utilidades integrarão a remuneração do empregado.
38. Diversas ferramentas são utilizadas na gestão estratégica e no planejamento estratégico. Entre elas, a análise SWOT, o *Balanced Scorecard* e a metodologia OKR. Acerca dessas ferramentas, infere-se que
- A) a matriz SWOT é uma ferramenta utilizada, exclusivamente, para aferir o desempenho de vendas de uma empresa, não se aplicando ao serviço público.
 - B) a metodologia OKR é uma ferramenta utilizada para definir um conjunto de objetivos e elaborar um escopo mais direcionado para alcançar as metas de uma empresa, mas tem a desvantagem precisar ser definida de forma *top down*, sem a participação dos colaboradores.
 - C) a análise SWOT é utilizada na fase do diagnóstico organizacional, consistindo na análise do ambiente interno (forças e ameaças) e do ambiente externo (oportunidades e fraquezas), com o objetivo de nortear a elaboração de estratégias que assegurem o sucesso da organização.
 - D) o *Balanced Scorecard* é um processo de definição das estratégias e dos objetivos organizacionais que utiliza medidas financeiras e não financeiras, as quais podem ocorrer sob quatro perspectivas: perspectiva financeira, perspectiva do cliente, perspectiva dos processos internos e perspectiva do aprendizado e crescimento.
39. Acerca das abordagens sobre saúde e qualidade de vida no trabalho, é válido afirmar que
- A) o conceito de qualidade de vida no trabalho envolve apenas os aspectos relacionados ao ambiente físico de trabalho.
 - B) a qualidade de vida no trabalho envolve apenas aspectos intrínsecos, ou seja, aqueles relacionados ao conteúdo do cargo.
 - C) a geração de conflitos bem como a redução da produtividade decorrem da tentativa de conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações.
 - D) o conceito de qualidade de vida no trabalho é complexo e multidisciplinar, envolvendo fatores, como a satisfação com o trabalho executado, o reconhecimento pelos resultados alcançados, o salário percebido, os benefícios auferidos, entre outros.

40. Sobre o contrato de compra e venda, o Código Civil brasileiro determina que

- A) a compra e a venda podem ter por objeto coisa atual ou futura; mas, sem ressalvas, se estas não vierem a existir, o contrato ficará sem efeito.
- B) o contrato de prestação de serviço poderá ser assinado a rogo e subscrito por três testemunhas quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever.
- C) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante houverem, expressamente, consentido.
- D) decai do direito de propor as ações previstas no artigo antecedente o vendedor ou o comprador que não o fizer no prazo de 5 anos, a contar do registro do título.

QUESTÕES DISCURSIVAS

INSTRUÇÕES

Seu texto deverá atender às seguintes normas:

- ser redigido apenas com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta;
- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Resposta da Questão;
- ser redigido em prosa.

ATENÇÃO

Será atribuída **NOTA ZERO** à questão em qualquer um dos seguintes casos:

- estiver em branco;
- redigido a lápis;
- letra ilegível;
- identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
- texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo; e
- texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos).

QUESTÃO DISCURSIVA 01

A Lei 8429/92, também conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, é de extrema importância para o combate à corrupção e à má gestão no setor público no Brasil. Ela estabelece as normas para punir agentes públicos que pratiquem atos de improbidade administrativa. Esses atos são ações ou omissões que violam os princípios da administração pública. Desse modo, indique os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, citando as penas aplicadas para esses tipos de atos.

RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA 01

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Os créditos adicionais são instrumentos essenciais para o equilíbrio e a flexibilidade do orçamento público. Assim, tomando como base a Lei nº 4.320/1964, redija um texto abordando o conceito de créditos adicionais, os tipos de créditos adicionais previstos na referida legislação, suas características, os procedimentos necessários para sua abertura e utilização e a importância destes para gestão financeira e orçamentária do setor público.

RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA 02

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	